

POR QUE COMEMOS O QUE COMEMOS? UMA ANÁLISE DA ALIMENTAÇÃO SOB A ÉGIDE DO CAPITAL FINANCEIRIZADO ¹

Lindson Vinicius Diniz Coelho²

Resumo

A partir da pergunta do sociólogo e antropólogo francês Claude Fischler, o presente artigo objetiva promover uma revisão bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa, sobre como a alimentação foi afetada pela atual fase do imperialismo, destacada pelo capital financeirizado e por grupos oligopolistas guiados unicamente pelo lucro. Em um primeiro momento, considera-se o pensamento do grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), para assim compreender a relação entre comida e colonialidade. Feito isso, ao passo que assume o imperialismo como elo perdido do giro decolonial, coloca-se em voga o debate em torno do tema, para compreender sua atual fase e colocar como estamos inseridos em uma imperialidade alimentar.

Palavras-chave: Imperialidade Alimentar, Modernidade/Colonialidade, Imperialismo, Financeirização e Alimentação.

WHY DO WE EAT WHAT WE EAT? AN ANALYSIS OF FOOD UNDER THE AEGIS OF FINANCIALIZED CAPITAL

Abstract:

Based on the question of the French sociologist and anthropologist Claude Fischler, this article aims to promote a bibliographic and document review, with a qualitative approach, on how food has been affected in the current phase of imperialism, highlighted by financialized capital and oligopolistic groups guided solely by profit. At first, the thought of the Modernity/Coloniality group is considered to understand the relationship between food and

¹ Artigo apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI-UFU) como parte das exigências para a obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação da Doutoranda Carolina Cádima Fernandes Nazareth em Antropologia Social na Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.

² Discente do curso de Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).
E-mail: lindsonvinicius10@gmail.com

coloniality. Thus, while assuming imperialism as a missing link in the decolonial turn, the debate around the theme is in vogue, to understand its current phase and to understand how we are inserted in a food imperialism.

Keywords: Food Imperiality, Modernity/Coloniality, Imperialism, Financialization and Food.

INTRODUÇÃO

Segundo Barcellos (2017), o ato de comer se torna um modo de cultivar a alma ao passo que se segue sua ritualidade - a refeição. Porém, com o declínio das refeições caseiras, feitas em grupo de familiares ou amigos como ritual de sociabilidade, e com a aceleração no modo de se alimentar diariamente, com as comidas rápidas, tanto em casa, quanto na rua, o rito da refeição vai-se perdendo. Colocado isso, como podemos pensar que as consequências dos movimentos de grandes capitais na indústria alimentícia acabam afetando os sistemas e regimes alimentares, de modo que modificam a nossa alimentação desde os alimentos mais básicos, através de sua extensa ação industrial?

No que tange a justificativa do presente trabalho, considera-se a alimentação como um complexo sistema de símbolos e carregado de ideias. Para além do ato de comer, considera-se seus significados sociais, políticos, econômicos, assim como a relação dos hábitos e sua relação com o poder, como a construção de papéis sexuais, distinções sociais pelo gosto e restrições e imposições dietéticas religiosas, as quais todas passam por regulamentações alimentares (CARNEIRO, 2003). A relevância da pesquisa está no fato da alimentação ser algo intrínseco ao nosso cotidiano social, político e econômico, para dizer algumas esferas apenas, e como hoje lidamos com um controle de produção e distribuição de alimentos, por parte de grandes grupos, com objetivos únicos de acumulação de capital, que caracteriza modos cada vez mais individuais e cada vez mais prejudiciais ao indivíduo.

Frente a isso, o presente artigo segue abordagem qualitativa, por meio de uma revisão bibliográfica e documental, pela qual irá traçar e elucidar como a alimentação se insere na atual lógica capitalista. Com isso, o trabalho se encontra dividido em três seções, pelas quais a alimentação conversa com os diferentes tópicos presentes.

A primeira seção inicia-se com uma exposição relacionada a dicotomia presente entre a economia política e os estudos culturais, ao passo que encontra-se um embate teórico entre os campos, dos quais o presente trabalho compreende leituras de ambos os lados como ferramenta necessária para a compreensão do tema escolhido. Colocado isso, explora-se o

pensamento do grupo de investigação Modernidade/Colonialidade (M/C)³, com a exposição de elementos e conceitos básicos relacionados ao pensamento decolonial. Por fim, a seção se encerra com a compreensão do subdesenvolvimento da temática do imperialismo por parte do grupo M/C, para assim dar continuidade para a segunda seção.

A segunda seção apresenta a temática do imperialismo mediante a exposição de autores marxistas, desde suas definições clássicas até a constituição da sua nova e atual fase de modo que se compreende o debate clássico, o processo de financeirização e a atual forma imperialista.

Por fim, procura-se relacionar o aporte teórico apresentado com o ato da alimentação e sua dominação, com sua representação no domínio colonial e como nos dias atuais, ocorre essa dominação e controle. Assim procura-se pensar para além de uma colonialidade alimentar, uma imperialidade alimentar assegurada pelo interesse das grandes corporações que regem a indústria alimentícia.

O GIRO DECOLONIAL E A IMPRECISÃO IMPERIALISTA

Frente às inúmeras teorias, grupos de investigação e campos de estudos, são diversos os casos que ocorrem embates teóricos que acabam por impossibilitar a compreensão total de determinados fenômenos, devido a uma série de pontos que para determinada teoria pode ser considerados essenciais, ao passo que para uma outra teoria poderia ser visto como elementos passíveis de descarte. No presente trabalho, destaca-se a dicotomia entre economia política internacional e marxismo, frente ao pós-colonialismo e estudos culturais.

A divisão intelectual entre marxistas e pós-coloniais e decoloniais derivou da ideia de que o imperialismo é objeto restrito ao âmbito econômico, ao passo que o colonialismo ao âmbito cultural. Por um lado, para observar as relações de poder imperial no âmbito econômico, os marxistas concentraram seus esforços em um nível macro capital, enquanto as leituras pós-coloniais se concentraram nos micro planos da reprodução do poder colonial (BALLESTRIN, 2017).

Apesar do pós-colonialismo operar a partir de três versões, pode-se notar influência do pensamento marxista em diversos autores, sendo o pós-colonialismo anticolonial o maior exemplo, com autores como Aimé Césaire e Frantz Fanon, os quais abriram portas para

³ O termo Modernidade/Colonialidade será apresentado, a partir de agora, como M/C.

questionamentos em relação ao eurocentrismo do próprio marxismo, assim como em sua forma geral no interior do pós-colonialismo (BALLESTRIN, 2017).

A crítica ao marxismo ganha um novo tom a partir do grupo de investigação M/C, através de nomes como Mignolo e Grosfoguel, ainda que outros autores do mesmo grupo possuem forte influência marxista, como Quijano, Dussel e Wallerstein. Os autores se debruçam sobre temas como o capitalismo, colonialismo e imperialismo, porém, com um maior resgate relacionado à produção sobre o colonialismo do que o imperialismo (BALLESTRIN, 2017).

Em trabalhos recentes, o colonialismo adquiriu novos termos, assim como o imperialismo. Assim, fala-se em colonialidade global (Grosfoguel, 2008; Escobar, 2004), colonialismo transnacional (González Casanova, 2006) e recolonização (Held, 1995), ao passo que se autores como Harvey (2003), falam de um novo imperialismo, Hardt e Negri (2012) colocam como Império e Ferro (2008) nos apresenta o termo de “imperialismo multinacional” (BALLESTRIN, 2017).

Apesar da ênfase na cultura e conhecimento em um nível micro do pós-colonialismo de um lado, e a ênfase na economia política em nível sistêmico e estrutural do marxismo do outro, considera-se que as partes podem ser complementares (BALLESTRIN, 2017). Determinada constatação apoia-se em três movimentos: (i) as transformações nas formas assumidas pelo colonialismo e imperialismo após a descolonização; (ii) o equívoco de tratar de forma separada dois fenômenos relacionados; e (iii) tentativas teóricas relacionando ambas abordagens para melhor embate teórico do problema, onde o presente trabalho se localiza (BALLESTRIN, 2017).

Ainda no que tange à dicotomia entre os estudos, destaca-se por fim onde a alimentação se localiza em meio ao debate, em especial no ponto de foco do presente trabalho. Ao localizar a abordagem da alimentação frente aos diferentes campos, Herrera Miller (2016) apresenta como essa se encontra no âmago dos dois campos. Ao olhar para a alimentação, compreende-se todo seu processo, com suas condições de produção, distribuição e consumo. Com isso, ao passo que se coloca uma análise frente aos sistemas de produção a partir de saberes e práticas ancestrais e tradicionais, o tema acaba por se aproximar da perspectiva antropológica, logo, dos estudos culturais. Porém, ao passo que se compreende as relações de sua cadeia de produção, distribuição e consumo, dentro do sistema de imposição, negociação e resistência dos sistemas hegemônicos e contra-hegemônicos, o tema se aproxima do campo da economia política internacional.

Mediante o exposto, compreende-se determinados focos dessas duas áreas e como há atualmente um movimento em prol da conciliação entre as abordagens, que possibilita assim a melhor compreensão de uma série de problemas. Pode-se ainda, no campo da alimentação, compreender onde essa se localiza, com um caráter móvel, a depender do foco de sua análise. Ademais, como Ballestrin (2017) coloca, o pós-colonialismo e marxismo por mais que possuam determinados focos, não precisam ser excludentes, podendo assim ser complementares. Através dessa constatação que o presente trabalho se desdobra, a fim de procurar compreender a chamada colonialidade alimentar, e analisar frente a égide da financeirização como esse processo pode ser complementado com a lógica do imperialismo.

Segundo Ballestrin (2013), o termo pós-colonialismo refere-se a dois entendimentos distintos: primeiro, relacionado ao período histórico referente ao processo de descolonização no século XX; e segundo, referente a um conjunto de diversas contribuições teóricas que ganharam força a partir da década de 1980, em universidades dos Estados Unidos e Inglaterra. No que tange a um movimento epistêmico e intelectual, durante a década de 1970, teve-se a formação no sul asiático do Grupo de Estudos Subalternos, sob a liderança do marxista indiano Ranajit Guha, com o objetivo de analisar a historiografia colonial, eurocêntrica e nacionalista indiana. Já na década de 1980, os estudos subalternos ganham força fora da Índia, dando força aos estudos daqueles corpos silenciados, através de nomes como Partha Chatterjee e Gayatri Chakrabarty Spivak, com trabalhos como “Pode o subalterno falar?”.

Inspirado no Grupo Sul-Asiático dos Estudos Subalternos, em 1992, um grupo de estudiosos e intelectuais latino-americanos fundaram o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos, de modo que assim, a América Latina foi inserida no debate pós-colonial (BALLESTRIN, 2013). Porém, devido a uma série de divergências teóricas ao longo dos encontros, o grupo se desintegrou no ano de 1998, de modo que alguns intelectuais migraram para o projeto conhecido como Modernidade/Colonialidade.

A partir de uma série de publicações e eventos realizados ao longo da década, o Grupo Modernidade/Colonialidade foi formado e contou com diversos intelectuais ao longo dos anos, como Walter D Mignolo, Anibal Quijano e Arthuro Escobar, o qual considera o grupo como um “programa de investigação” (BALLESTRIN, 2013). Frente a isso, apresenta-se conceitos chaves para a compreensão do pensamento decolonial.

Para a compreensão da colonialidade, os autores se respaldam no conceito de Modernidade. Para Dussel (1993), a Modernidade nasce no ano de 1492, com a chegada de

Cristóvão Colombo à América, ao ponto que a Europa se torna centro mundial, enquanto a América Latina se torna sua periferia, a qual é colonizada sob uma série de instrumentos de dominação. Segundo Mignolo (2017), a Modernidade tem como ponto de origem a Europa, por onde conseguiu assim se universalizar e alcançar todo o globo. Foi a partir desse ponto que a civilização ocidental se construiu, de modo que celebra suas conquistas, mas esconde seu lado “mais funesto”, que seria a “colonialidade”, de modo que emerge como forma de manter o sistema-mundo moderno/colonial capitalista. Dessa forma, a colonialidade é constitutiva da modernidade, de modo que não existe modernidade sem colonialidade (MIGNOLO, 2017).

O termo colonialidade foi trabalhado por Immanuel Wallerstein (1992) o qual a conceitua como parte do colonialismo, mas que vai além desse. Inicialmente retrata a noção do sistema interestatal, onde no plano teórico seria composto por Estados igualmente soberanos, mas que na prática encontram-se Estados mais importantes que outros, de modo que Estados menos relevantes e poderosos careciam de soberania, os quais são representados pelas colônias. Porém, destaca-se que a colonialidade vai para além do colonialismo, e que representa uma hierarquia política e sociocultural, a qual permanece mesmo após a conquista da independência por parte das colônias. A colonialidade é assim parte do sistema mundial moderno, produto e justificativa das desigualdades entre os centros e periferias que compõem a economia mundial capitalista (WALLERSTEIN, 1992).

Para Mignolo (2017), a colonialidade é uma derivação do pensamento decolonial, ao passo que esse se refere ao ato que questiona a colonialidade em si. O termo é mais tarde recuperado por Aníbal Quijano, o qual passa a denominar como “colonialidade do poder”. Entende-se que as relações de colonialidade nas diferentes esferas, política e econômica, não tiveram fim com a destruição do colonialismo (BALLESTRIN, 2013). Segundo Aníbal Quijano (2005), a colonialidade do poder pode ser entendida como um conjunto de práticas subjetivas relacionadas a mecanismos de poder, dominação e discriminação, produzidas pela estrutura colonial. Quijano (2005) ainda estende o conceito de colonialidade para âmbitos além do poder, e assim, estabelece o que o próprio chama de “matriz colonial do poder”, que compreende os controles: da economia; da autoridade; da natureza e recursos naturais; do gênero e sexualidade e, por fim, da subjetividade e do conhecimento.

Essa matriz colonial do poder se mostra como uma estrutura complexa com diferentes níveis correlacionados, de modo que reproduz em uma tripla dimensão: do poder, do saber e do ser (BALLESTRIN, 2013). Isso acabou por permitir a separação por parte dos europeus

entre aqueles civilizados e aqueles primitivos. Foi a partir deste ponto que se criou categorias e legitimou-se assim, o domínio por parte do padrão europeu pré-estabelecido. Segundo Maldonado-Torres (2007, p. 130), a colonialidade do poder:

[...] se refere à inter-relação entre formas modernas de exploração e dominação, e a colonialidade do saber tem a ver com o papel da epistemologia e as tarefas gerais da produção de conhecimento na reprodução de regimes de pensamento colonial, a colonialidade do ser refere-se, então, à experiência vivida da colonização e seu impacto na linguagem.

Segundo Quijano (2005), a partir da colonização das Américas surge um determinado modo de diferenciação, a partir da ideia de raça, pela qual se distinguiu os conquistadores e conquistados, de modo que produziu novas identidades ao passo da formação de relações sociais envoltos nesta ideia. Desse modo, compreende-se que raça e identidade racial foram meios estabelecidos de classificação social básica da população, usados para legitimar a relação de dominação imposta pelos conquistadores, assim como o conceito de gênero (QUIJANO, 2005). Compreende-se assim que a modernidade/colonialidade se sustenta por meios de coerção e imposição desde o período da colonização até os dias atuais, por meio de mecanismos concretos como, por exemplo, os conceitos de raça (CASTRO-GÓMEZ, 2005).

Destaca-se que raça, gênero e trabalho foram as três classificações colocadas por Quijano como formadoras do capitalismo mundial colonial/moderno no século XVI, a partir das quais pode-se ordenar as relações de conflito e dominação existentes (BALLESTRIN, 2013). Por trás da retórica da modernidade, destaca-se a relevância de um novo tipo de economia, o capitalismo, e da revolução científica. As práticas econômicas dispensavam vidas humanas, com a descartabilidade da vida humana desde a Revolução Industrial até os dias de hoje. Por outro lado, o conhecimento justificou o racismo e a inferioridade das vidas humanas, que eram assim, naturalmente dispensáveis (MIGNOLO, 2017)⁴.

Todos estão inseridos na matriz colonial de poder, de modo que todas as relações estão interligadas, de forma que opera a partir do que Quijano chama de nós históricos-estruturais heterogêneos e interconectados, pelas quais traçam as diferenças coloniais e imperiais, asseguradas pela lógica da colonialidade (MIGNOLO, 2017). Aqui, destaca-se porém, que assim como a modernidade e a colonialidade, um outro lado deve ser

⁴ Apesar de citado, a relação feita com o capitalismo será retomada na seguinte seção, com a compreensão de suas fases e o imperialismo.

considerado, a da imperialidade, o que Ballestrin (2017) aponta como o elo perdido do giro decolonial.

Ballestrin (2017) apresenta como o núcleo duro da argumentação do grupo M/C foi incapaz de articular os conceitos de colonialidade e imperialismo, ausência essa que contribui para análises problemáticas e imprecisas. O conceito imperialismo é tratado pelo grupo, por determinados autores, mas sempre de forma subdesenvolvida. Assim, a compreensão de uma imperialidade do poder, do ser e do saber não foram trabalhadas, e estão longe de serem exauridas, assim como a compreensão de que a descolonização não pressupõe uma desimperialização.

Ballestrin (2017) apresenta que assim como o colonialismo pode ser lido como resultado do imperialismo, a colonialidade deve ser lida como resultado da imperialidade, ou seja, a lógica do imperialismo. Assim, conclui-se que a colonialidade é parte constitutiva da modernidade, e a imperialidade é constitutivo relacional da colonialidade (BALLESTRIN, 2017).

A relação entre imperialismo e colonialidade foi desenvolvida sistematicamente por David Slater, que apresenta a noção de “Imperialidade”, ao passo que contrasta a colonialidade do poder com uma “Imperialidade do Poder”. A imperialidade se refere ao privilégio e direito de um ser imperial ou a defesa de um modo de vida imperial, onde a invasão geopolítica do poder ocidental é quase sempre legitimada, ao passo que refere às ações e discursos em prol do progresso e democracia a outras sociedades, visto como desejável e benéfico (BALLESTRIN, 2017). Dessa forma, a consciência imperial se relaciona com a busca de sua expansão e a intervenção do mundo não ocidental, por parte dos países ocidentais, sob preceitos de modernizar, desenvolver e até mesmo civilizar determinada sociedade.

Colocado isso, compreende-se que a ausência da teorização sobre imperialidade impede a formação da ideia de que maneira a colonialidade é produzida nos tempos da globalização neoliberal (BALLESTRIN, 2017). É esse o foco que será retratado no subtópico seguinte, ao passo que se assume a noção de imperialidade e relaciona com a forma de que a colonialidade é produzida sob a égide da financeirização.

DO IMPERIALISMO NOS MOLDES CLÁSSICOS À UMA NOVA FASE IMPERIALISTA

Ao passo que se considera a temática imperialista, a presente seção apresenta, a partir de autores marxistas, as teses clássicas imperialistas, seguido da compreensão do processo de financeirização e constituição de uma nova fase do imperialismo. O debate clássico sobre imperialismo da metade do século XX, encontra-se a partir das interpretações sobre a escalada imperial europeia de 1870 até as grandes guerras mundiais (BALLESTRIN, 2017). Para iniciar a exposição, procura-se compreender o que é imperialismo para Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburgo, Karl Kautsky e Vladimir Lênin, assim como a compreensão, segundo estes, do imperialismo como uma fase ou uma política.

Compreende-se que para Hilferding (1985) o movimento de financeirização é um movimento de imperialismo, sendo este um tipo particular de política, caracterizado pela tendência progressiva à concentração e centralização do capital, que levaria à fusão entre o capital bancário e o capital industrial, relação a qual se dá como consequência da livre concorrência e da tendência de aumento a composição do capital, ponto de partida de Hilferding, apoiado em Marx. Para Hilferding, o capital financeiro (K) é colocado como “a união entre capital industrial e capital bancário” - com predominância do segundo - e teria como base suprimir a livre concorrência a partir de grandes associações monopolistas. O capital industrial refere-se aqui ao capital produtivo, ao setor de serviços, enquanto o capital bancário é visto como o capital monetário (HILFERDING, 1985).

Existe uma tendência de maior capital físico, com objetivos de maiores investimentos para maior lucro, porém, esse capital não é líquido e acaba por gerar uma queda no lucro, sendo uma das barreiras para acumulação do capital, de modo que a criação de trustes e cartéis são colocados para enfrentar determinado obstáculo, a partir dos movimentos de concentração de capital. Enquanto no plano nacional com a centralização de capital por grupos maiores, diminui-se a concorrência interna, onde ao passo que se encontra uma insuficiência no mercado interno, esses grandes capitais irão rumo ao plano internacional, de modo que se inserem assim em uma concorrência internacional, estimulada cada vez mais por medidas protecionistas (HILFERDING, 1985).

Para que os grupos capitalistas sigam avançando em prol dessa dinâmica, é necessário recursos do sistema financeiro, de modo que a partir do próprio capital, os grupos enfrentariam a incapacidade de avançar nessa tendência. Assim, destaca-se o papel dos bancos, os quais ditam os rumos do processo de acumulação. Desse modo, o capital produtivo, para seguir o sistema e aumentar sua composição do capital, recorrem aos bancos para aporte financeiro, para assim incorporarem tecnologia e poderem assim se expandir, de

modo suficiente para garantir a continuidade na concorrência com os demais capitalistas atuantes no setor. Compreende-se assim que o capital financeiro é um dispositivo a serviço dos capitalistas, os quais determinam a concessão de empréstimos a serem empregados na indústria de seu interesse, de modo que aumenta seu poder de decisão e política. Com a união do capital industrial e bancário para maior concentração de capital, tem-se a necessidade de ampliação do território econômico para que o capital financeiro seja exportado, o que se dá através do processo de colonização, com a imposição do capitalismo nas colônias (HILFERDING, 1985).

Luxemburgo (1985) ao elaborar sua teoria do imperialismo, parte da ideia de reprodução ampliada de Karl Marx, onde a mais-valia seria reutilizada para maior acumulação, logo investida em produção, o que não iria ser automaticamente consumido, mas geraria subconsumo. No subconsumo, as mercadorias não são totalmente consumidas, porém ainda assim ocorrem novas produções, gerando crises de subconsumo. Para solucionar tais crises, seria necessária uma expansão à esfera externa, em locais onde não haveria acumulação pois tudo seria consumido, de modo que os países capitalistas iriam em busca destes com o objetivo de escoar essas mercadorias para outros espaços. Logo, o imperialismo é visto aqui como o ato de fazer os outros consumirem o que o capitalismo não pode consumir, com a colonização capitalista do globo. Essa colonização implementaria o sistema capitalista nesses locais, através de meios violentos, acabando com as economias naturais. Ao passo que o mundo se tornasse capitalista, o imperialismo chegaria ao seu fim, assim como o capitalismo, onde todos entrariam em uma crise do subconsumo, que levaria a queda dos lucros e logo, à crise final do capitalismo. Dessa forma, o imperialismo para Luxemburgo (1985) é uma expressão política do processo de acumulação capitalista, visando expandir para áreas que ainda não são capitalistas, de modo que prolongue o sistema, sendo assim, a colonização capitalista das regiões não capitalistas.

Para Kautsky (2009), o imperialismo está vinculado ao processo de desenvolvimento industrial, sendo visto como uma tendência política, um produto do capitalismo industrial, de modo que consiste na anexação de regiões agrárias pelas nações capitalistas industriais. Essa necessidade de busca de regiões agrícolas advém de certa desproporção entre a produção agrícola e industrial, de modo que por um lado, o setor agrícola tem dificuldades em fornecer matérias primas e incorporar a produção de mercadorias no setor industrial. Assim, ao passo que se tem as nações agrárias subordinadas às nações capitalistas industrializadas, essa disputa entre essas nações se dá pelo uso da força. Para evitar isso, o autor coloca como

alternativa o “ultraimperialismo”, que seria uma cooperação entre as grandes nações capitalistas industrializadas, em prol da exploração das regiões agrícolas, e coloca que apenas através de uma política imperialista o processo de acumulação se tornaria possível.

No que tange a Lênin (2009), é o único que concebe o imperialismo como fase do capitalismo monopolista, fruto do capital financeiro onde a exportação de capitais teve enorme relevância. Assim, o imperialismo possui cinco traços essenciais: (i) Concentração de produção e de capital de forma acentuada, criando os monopólios; (ii) União entre capital bancário e industrial o que acarretaria, em oligarquia financeira; (iii) Exportação de capitais ganharia uma maior importância; (iv) Associação internacional de monopolistas que partilham o mundo entre si; e (v) Partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (LÊNIN, 2009).

O imperialismo levaria ao desenvolvimento de um capitalismo desigual, gerando dois polos, entre os países imperialistas e aqueles imperialistas tardios, que não chegariam ao nível dos primeiros. A exportação de capital financeiro é promovida através dos velhos imperialistas, sustentando a relação entre os pólos, o que faz com que o capital sempre retorne ao país central (LÊNIN, 2009).

Lênin (2009) parte da ideia de Hilferding (1985) de concentração e centralização do capital e ascensão dos monopólios com o apoio dos bancos. Em relação a Kautsky (2009), Lênin critica a ideia de cooperação entre Estados, de modo que considera a importância da continuidade da luta contra o imperialismo e capitalismo, que se daria através da revolução, porém, convergem na relação de que para o desenvolvimento do capitalismo é necessário haver desigualdade, uma vez que o desenvolvimento do centro depende de produtos da periferia. Hilferding (1985) difere de Luxemburgo (1985), ao passo que considera um desenvolvimento desigual do capitalismo, à medida que compreende que nem todas as estruturas capitalistas são imperialistas, diferente de Luxemburgo que não considera um desenvolvimento desigual.

Colocada as contribuições das teses clássicas, caminha-se agora para a compreensão de uma nova fase do capitalismo, para assim compreender as atuais teses imperialistas. Ao passo que se considera uma revisão a partir de autores marxistas, estes compreendem o capitalismo e a história de suas crises como algo intrínseco ao sistema, marcado por períodos de prosperidade, seguidos por períodos de retração econômica. Compreende-se que a partir da década de 1970, a economia mundial teria entrado em uma nova etapa, com características e marcas próprias, com destaque para a valorização do capital mediante o processo de

financeirização. Duménil e Lévy (2003) e Chesnais (2003) reconhecem a financeirização como a predominância do setor financeiro (bancos) em relação aos demais setores, assim como incorporação de diferentes grupos de agentes nos mercados financeiros, incluindo desde os bancos até as classes trabalhadoras.

Segundo Duménil e Lévy (2003), ao se colocar em uma perspectiva histórica, compreende-se que o capitalismo atravessa crises estruturais e as supera por meio de transformações em seu funcionamento. A exemplo disso, destaca-se a três crises: a crise do fim do século XIX, entre 1895 e 1890, a qual foi retomada em 1920 com a Primeira Guerra Mundial, e a crise de 1929 (DUMÉNIL E LÉVY, 2003). Compreende-se a primeira hegemonia da finança entre o fim da primeira crise e da crise de 1929, caracterizada pelas mudanças nas relações entre os setores financeiro e produtivo, até o momento de introdução do chamado “compromisso keynesiano”, até a década de 1970 (DUMÉNIL E LÉVY, 2003).

Duménil e Lévy (2003) destacam uma crise estrutural entre as décadas de 1970 e 1980, nos principais países capitalistas desenvolvidos, com desdobramentos relacionados a baixo investimento, crescimento fraco, desemprego, inflação, diminuição da rentabilidade do capital e outros. Diante da sucessão de crises e elevação de determinados fatores relacionados à mesma, tinha-se a noção de que ela já estaria superada, de modo que a instabilidade estivesse restrita apenas aos países periféricos. Com isso, destaca-se dois desenvolvimentos: (i) um conjunto de inovações tecnológicas e financeiras, delineando a chamada “nova economia”, e (ii) o desenvolvimento de instituições financeiras (investidores institucionais), os quais combinados, desenharam os traços de uma nova fase do capitalismo (DUMÉNIL E LÉVY, 2003).

O que emerge de diferente do ponto de vista do pensamento imperialista clássico a respeito da financeirização? Duménil e Lévy (2003) e Chesnais (2003) apresentam elementos para pensar esse processo, de modo que reconhece a financeirização como a predominância do setor financeiro (bancos) em relação aos demais setores, assim como incorporação de diferentes grupo de agentes nos mercados financeiros, incluindo desde os bancos até as classes trabalhadoras.

Chesnais (2003) compreende uma “nova economia” e desenvolve sobre o regime de acumulação e a dominância financeira no caso norte-americano e todo movimento de Wall Street, a partir da difusão de tecnologias de informação e comunicação (TI) e a retomada do crescimento da produtividade do trabalho e total dos fatores, porém sendo reservado ao campo teórico, de modo que na realidade tem-se a figura do capital fictício, a qual Lapavitsas

(2011) também discorre sobre. Não se tem estabilidade nesse sistema, ao passo que está conectado à instabilidade dos mercados financeiros e suas bolhas, frente ao capital fictício ligadas ao processo.

Segundo Harvey (2008), o período entre 1965 e 1973 tornou evidente a incapacidade do fordismo e keynesianismo em conter as contradições intrínsecas do capitalismo, com destaque para a rigidez do processo. Com isso, o regime fordista era um processo engessado devido à estrutura de produção da fábrica e relacionado ao tempo do processo (uso de esteiras), ao passo que na década de 1960 se mostrava frágil e incapaz de reduzir o período de rotação do capital e ampliação da massa de coisas produzidas. A recessão de 1973 retirou o mundo da estagnação da produção de bens e alta inflação de preços e colocou em movimento uma série de processos que minaram cada vez mais o regime fordista, de modo que com novas experiências na organização industrial e da vida social e política, passou-se a representar um novo regime de acumulação (HARVEY, 2008). Assim, deu-se a transição para o regime de acumulação flexível, de modo que:

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 2008, p. 140).

Harvey (2008) apresenta que a acumulação flexível se apoia na “flexibilidade dos processos de trabalho, mercados de trabalho, produtos e padrões de consumo”. Dessa forma, tem-se surgimento de novos setores de produção, novos meios de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e novas taxas intensificadas de inovação no campo tecnológico, organizacional e comercial. Logo, o regime de acumulação a partir da década de 1970, é marcado pela ampliação da fluidez, mobilidade da incerteza e da flexibilização de movimentos pró-acumulação. Da mesma forma, envolve mudanças rápidas nas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre os setores, quanto geograficamente, com a criação de empregos em determinados setores e criação de conjuntos industriais em outras regiões (HARVEY, 2008).

Harvey (2008) relaciona a essa nova dinâmica aquilo que ele chama de “compressão do espaço tempo”, de modo que tem a necessidade de colocação de excedentes em diferentes espaços e tempos, a fim de valorização. Assim como colocado anteriormente, esses deslocamentos irão criar um desenvolvimento geográfico desigual, com os países vulneráveis, ao passo que os fluxos de capital assumem caráter especulativo, ligados à

valorização fictícia do capital (HARVEY, 2008). O deslocamento espaço temporal objetivando a valorização do capital envolve o fortalecimento de movimentos especulativos, pois caso dê algo errado, pode-se caminhar rumo a um novo local. Porém, Harvey (2008) destaca que esses ajustes espaço temporais deixam rastros (devastação) nos territórios em que o capital adentra e de onde saem, o que pode ser visto no abandono de projetos e investimentos em andamento e outros nos países que receberam determinados investimentos. Mediante a isso, Harvey (2006) coloca a nova fase do imperialismo como caracterizada pela chamada acumulação por espoliação, de modo que o regime flexível é acompanhado por um regime de acumulação por espoliação.

Ainda que exposto uma série de autores e seus debates frente ao imperialismo, como complementação às teses imperialistas, desdobra-se para a compreensão da relação entre os países centrais e periféricos a teoria da dependência de modo que desdobra uma ideia de desenvolvimento desigual e subordinado, que explica como a lógica da economia capitalista imperialista impacta nas estruturas dos países periféricos.

Assim, através da teoria da dependência compreende-se a relação desde o século 16 da industrialização por parte da América Latina, de modo que:

A América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria. (MARINI, 2005, p.3)

Com a revolução industrial os países focam na Inglaterra, momento o qual passam a produzir e exportar bens primários em troca de manufaturas de consumo e de dívidas, de maneira que neste momento insere-se uma divisão internacional do trabalho, de modo que se configura assim a dependência, compreendida como uma relação de subordinação entre nações independentes e, as relações de produção nas nações submetidas são colocadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 2005).

Ao se centrar nas formas e moldes do imperialismo nos dias atuais, assume sua importância como campo em que se compreende seu caráter e características. Frente a um processo cada vez mais delineado pelas finanças, sua valorização fictícia e diferentes formas de tomarem o máximo de lucro possível, compreende-se como a indústria alimentícia é operada nos dias atuais, de modo que coloca-se a se pensar assim, uma imperialidade alimentar.

PARA PENSAR UMA IMPERIALIDADE ALIMENTAR

Feito o resgate do aporte teórico, compreende-se agora a relação foco deste trabalho, a alimentação relacionada ao pensamento decolonial, para assim compreender a lógica imperialista nos dias atuais. Dessa forma, a última e presente seção apresenta a relação entre comida e colonialidade, e compreende como a alimentação estava inserida e quais seus desdobramentos em relação ao período de dominação colonial. Da mesma forma, explicita-se o processo denominado colonialidade alimentar (MILLER, 2016), onde compreende-se mecanismos de dominação através da alimentação. Porém, por mais que se considere determinado termo, o presente artigo procura apresentar aqui a lógica atual sob o controle, produção, distribuição e consumo por trás dos movimentos de grandes capitais na indústria alimentícia que acabam afetando os sistemas e regimes alimentares.

Ao passo que as pessoas transitam entre sociedades, elas levam consigo seus modos e práticas alimentares (POULAIN, 2017). Assim, para além das diversas pretensões do projeto colonizador, a gastronomia claramente estava entre elas. Com seus modos alimentares, o colonizador procurou reproduzir, nas condições possíveis, refeições que se aproximasse de sua dieta, assim como tentou impor suas particularidades sobre aquelas práticas e modos alimentares já existentes no Novo Mundo (ALBÁN ACHINTE, 2011).

Assim como ocorreu uma forma de hierarquização no processo de conquistas através da classificação de raça, compreende-se também o que Achinte (2011) coloca como “suplantação gastronômica”, a qual ocorreu através da importação de produtos europeus para reproduzir gostos, práticas e sabores, em detrimento dos alimentos originários do Novo Mundo. Porém, da mesma forma que ocorre essa interação com suas inúmeras ressalvas, a Europa também foi afetada por produtos oriundos da América, os quais assim abalaram sua gastronomia (ALBÁN ACHINTE, 2011).

Destaca-se também como e quanto o Novo Mundo contribuiu para a alteração no que tange aos diversos alimentos levados para a Europa, de modo que ocasionou também diferentes transformações nos gostos e paladares dos povos colonizadores. Produtos como milho, chocolate, baunilha, batata, abacaxi, mandioca e diversos outros, foram introduzidos na dieta europeia (ALBÁN ACHINTE, 2011). Assim, nota-se a implicação da América na formação e constituição da identidade europeia, ao que se refere aos mais diversos alimentos importados para o velho continente.

Compreende-se que os sujeitos colonizados foram assim submetidos a determinados regimes alimentares, os quais se tornaram formas de controle de sua subjetividade (ALBÁN ACHINTE, 2011). Assim, a gastronomia é um dos vários cenários da produção do conhecimento, como marcador de diferença cultural, no qual se desenvolveu uma colonialidade de sabores e paladares (ALBÁN ACHINTE, 2011).

Dessa forma, assim como houve uma modificação e o uso como uma ferramenta de controle em relação a alimentação, no que tange a relação colonizador/colonizado, compreende-se exemplos semelhantes que elucidam que ainda se mantém uma relação de dominação sobre os alimentos, numa relação de subordinação, ainda que não se coloque em termos de colônias.

A exemplo disso, destaca-se as transformações em torno da quinoa na Bolívia, a qual passou de um alimento da base alimentar de povos pré-colombianos, povos indígenas e populações necessitadas, para um produto de enorme reconhecimento internacional, sendo apreciada tanto por suas propriedades nutricionais, quanto pela excentricidade alimentar de indivíduos ricos e famosos (MILLER, 2016). Com suas poderosas propriedades nutricionais, alimento leve, “que pode até mesmo substituir a carne”, a quinoa possui alta demanda da culinária europeia e americana, ao mesmo tempo que é desativada do cardápio tradicional dos países produtores desse grão, devido a alta dos custos, carência na oferta interna e substituição de produtos menos nutritivos e mais acessíveis (MILLER, 2016).

O *boom* de produção e exportação de quinoa repercutiu na modificação dos hábitos alimentares das populações produtoras, na organização comunitária, nas modificações ambientais das zonas de quinoa, nos seus padrões de produção e até em suas políticas nacionais de promoção do grão. No âmbito econômico, houveram vantagens com maiores rendimentos dos produtores, sob um comércio justo. No âmbito político, o discurso de descolonização e soberania alimentar toma a quinoa como referência e argumento no que tange a posição contra-hegemônica alimentar, ao passo que uma série de fenômenos nas mais diversas áreas, ocorreram através da inserção global da quinoa (MILLER, 2016).

A quinoa se mostra como um exemplo claro em relação à escolha daquilo que comemos. Da mesma forma, Benvegnú e García (2020) apresenta como exemplo a monocultura da soja, em países como Brasil e Argentina. Destaca-se a articulação global entre uma série de fatores, como investimento estrangeiro, empresas do ramo agroquímico (sementes modificadas, maquinários e agrotóxicos), desmatamentos e mudanças climáticas e alianças entre governos para que ocorra o cultivo de determinado grão, de modo que é

reforçado através de ajudas humanitárias e cooperação internacional, de governos com transnacionais, ao passo que incentivam o cultivo desse grão como algo capaz de resolver as questões alimentares do mundo (BENVEGNÚ; GARCÍA, 2020).

Mediante os exemplos, pode-se conferir como a escolha de alimentos está reservada a uma série de fatores que englobam as mais diversas áreas, relacionando todas as etapas do alimento e seus desdobramentos para além de um mero alimento. Benvegnú e García (2020) apresentam que a cadeia do agronegócio, desde a produção e cultivo, possui forte influência na manutenção da colonialidade do poder, através da colonialidade alimentar, de modo que, com o predomínio de grandes monoculturas latifundiárias, o poder do agronegócio se encontra, não apenas no controle dos meios de produção, mas também na distribuição de alimentos.

Benvegnú e García (2020) destacam ainda o surgimento nas últimas décadas dos chamados organismos geneticamente modificados (OGM), ou simplesmente transgênicos, que podem ser cultivados independentes do clima, mas que possuem consequências biológicas, ambientais e culturais. Com isso compreende-se os transgênicos como mecanismos de manutenção da colonialidade do poder/saber, ao passo da colonização e desdobramentos desde as lavouras até os agricultores em seus cotidianos (BENVEGNÚ; GARCÍA, 2020).

Para Benvegnú e García (2020), a colonialidade alimentar é vista através do ato vital de comer, frente a sua complexidades que o processo envolve, através da imposição e controle do alimento durante todo seu processo, da produção ao consumo final, que destacam uma assimetria entre determinados alimentos e práticas alimentares. Um meio analítico de ver a evolução desse processo se dá através da análise dos regimes alimentares de Philip McMichael.

Cobos (2018) discorre sobre os regimes alimentares a partir de Philip McMichael (2017), o qual trabalha os regimes alimentares como projetos que sofreram modificações frente a ordem mundial e o comércio agroalimentar, frente a um complexo sistema de rotas de mercadorias, de modo que se definem três regimes alimentares sob determinados períodos de hegemonia: (i) britânica (1870-1930) ; (ii) americana (1950-1970); e (iii) neoliberal corporativo (1980-presente). O regime alimentar centrado na Grã-Bretanha, no século XIX, caracterizado por exportação de grãos básicos do Sul Global, livre-comércio e operacionalização do padrão-ouro, sob uma acumulação extensiva em prol de salários reduzidos aos trabalhadores, de modo que se exaure com o preço dos grãos e o contexto da

década de 1930. Sob a hegemonia estadunidense, o segundo regime alimentar fora caracterizado pelo dólar como moeda internacional, agricultura especializada, complexos transnacionais, livre iniciativa e especialização de commodities, sobretudo grãos básicos, assim como escoamento de excedentes agroindustriais. Por fim, no terceiro e atual regime alimentar - corporativo, destaca-se uma intensificação de tais fatores, frente aos princípios neoliberais de privatização, acordos de livre-comércio onde quem passa a controlar o comércio mundial da agricultura e alimentos são as grandes corporações transnacionais, logo, o setor privado (COBOS, 2018).

A padronização e homogeneização é fruto do processo de transformações da cadeia de produção de grãos básicos como alguns citados anteriormente, como a soja, por exemplo. Ainda assim, destaca-se que as transformações com as revoluções advindas do capitalismo que driblaram resistências e tomaram maior controle sobre a natureza, acabaram por modificar sementes para poderem assim comercializarem, estocarem, valorizarem e serem utilizadas da forma como esses centros operam.

Da mesma forma, coloca a ação da Big Food, a Big Soda e Big Agro e suas ações e movimentos em políticas públicas sendo moldadas em prol de seus interesses, através de estratégias instrumentais e discursivas pela indústria de alimentos e entidades da sociedade civil. Compreende-se aqui que o Big Agro relaciona às grandes corporações transnacionais do agronegócio, enquanto a Big Food e Big Soda como as indústrias transnacionais de alimentos e bebidas com poder concentrado e enorme de mercado (ACT; IDEC, 2022).

Ao olhar para o Brasil, “celeiro do mundo”, que ao tempo que é o quinto maior produtor de alimentos do mundo, possui milhões de brasileiros afetados pela fome, ao passo que se encontra uma em cada cinco pessoas estão em situação de sobrepeso, assim como o país é acarretado pela expansão da agropecuária com práticas ilegais como grilagem de terras, uso extensivo e intensivo de agrotóxicos, grandes emissões de gases de efeito estufa, desmatamento e claro, concentramento de renda (ACT; IDEC, 2022).

Do outro lado os governos apoiam através de subsídios agrícolas em apoio à pecuária e monocultura; financiamentos para sistemas de transporte em detrimento ao transporte coletivo e ativo; promoção de políticas econômicas de crescimento impulsionadas pelo consumo; e não implementação de medidas regulatórias para proteção de crianças em relação a publicidade de alimentos prejudiciais à saúde (ACT; IDEC, 2022).

O dossiê conta com oito casos emblemáticos e recentes que ilustram a atuação sistemática do setor privado com fins lucrativos contra políticas públicas relacionadas à

alimentação e nutrição, de modo que se destacam os seguintes temas: (i) Guia Alimentar para a População Brasileira; (ii) Rotulagem nutricional de alimentos embalados; (iii) Publicidade infantil e o Marco Legal da Primeira Infância; (iv) Tributação de bebidas açucaradas; (v) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); (vi) Doações na pandemia de COVID-19; (vii) Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Estado de São Paulo (Consea-SP); e, por fim, (viii) Cúpula de Sistemas Alimentares da Organização das Nações Unidas (ONU) (ACT; IDEC, 2022).¹ Das táticas das corporações envolve-se seu domínio com governos, academia, mídia, opinião pública e população em geral de modo que moldam políticas em seu favor e de seus lucros, em detrimento da saúde da população, o meio ambiente e a democracia (ACT; IDEC, 2022).

Ao considerar o mercado mundial de alimentos, encontra-se a comercialização de alimentos não saudáveis. No que tange a classificação dos alimentos, o Guia Alimentar para a População Brasileira classifica-os de acordo com o grau de processamento, como: (i) minimamente processados: submetidos a alterações mínimas, sem adição de ingredientes que não sejam provenientes do alimento original; (ii) processados: feitos com a adição de ingredientes como açúcar, gordura, sal ou outro ingrediente in natura ou minimamente processado, com o objetivo de aumentar o tempo de duração dos alimentos; e (iii) ultraprocessados: produtos industriais feitos a partir do processamento de uma série de ingredientes e substâncias de uso industrial, como sorvetes, refrigerantes, como os produtos prontos para o consumo (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014). Da mesma forma, toma-se em conta os alimentos in natura, frescos, obtidos da natureza de plantas e animais, sem interferência de aditivos e outros produtos prejudiciais à saúde (ACT; IDEC, 2022).

As grandes corporações de alimentos e bebidas, respectivamente Big Food e Big Soda, são as grandes responsáveis pela produção e comercialização de alimentos não saudáveis, com foco em ultraprocessados, de modo que oferece forte base para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) (ACT; IDEC, 2022).

Ao passo de sua interferência no desenvolvimento de programas e políticas de alimentação e nutrição, cria-se obstáculos para criação de ambientes alimentares saudáveis, assim como interferem nos ambientes físico, econômico e político (ACT; IDEC, 2022). Dessa forma, engloba desde o tipo de produto até suas estratégias de marketing para o mesmo para influenciar seu consumo, assim como no ambiente política utilizam APC, que são tentativas de moldar a política governamental em favor aos interesses das empresas e corporações,

através de formas diretas e indiretas, como ações junto à comunidade e em pesquisas (ACT; IDEC, 2022).

Dentro dos casos de ataque dos setores extra econômicos, destaca-se os ataques ao Guia Alimentar para a População Brasileira, publicado pelo Ministério da Saúde em 2014, com sua classificação NOVA e relação com seu processamento, de modo que a Big Food, a Big Soda e o Big Agro, formado pelas corporações do agronegócio tentaram questionar a validade dessa classificação, recorrendo a medidas legais, que mostra como as corporações interferem em políticas públicas em favor de seu próprio interesse (ACT; IDEC, 2022).

Essas APC, tentativas de moldar as políticas, podem servir também para atender a interesses econômicos de um setor produtivo específico, como o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PNAE é considerado a política pública de segurança alimentar e nutricional mais antiga do Brasil, com enorme capacidade de absorção de alimentos e criação de demanda, ao passo que promove hábitos em crianças e adolescentes no país, de modo que sofre investidas do setor produtivo para funcionar como meio de escoamento de sua produção (ACT; IDEC, 2022). Outro caso se mostra no retorno do funcionamento do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Estado de São Paulo (Consea-SP) utilizado como fortalecedor do Big Food, Big Soda e Big Agro ao passo que após um ano sem funcionar, fora anunciado eleições para entidades representantes de interesses econômicos como a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA) e da Sociedade Rural Brasileira (SRB) (ACT; IDEC, 2022). Da mesma forma, o caso da Cúpula de Sistemas Alimentares da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2021, liderado por organizações defensoras de hegemonia presente de produção, distribuição e consumo e desconsiderando temáticas relacionadas à saúde populacional.

Nos casos colocados em pauta evidenciam-se as ações de APC da Big Food, Big Agro e Big Soda em exercer influência direta através do lobby e indireta pela formação e construção de imagem institucional frente a população, como exemplo (ACT; IDEC, 2022). Desse modo, as ações ultrapassam qualquer fronteira e instância política, regional ou nacional de modo que impactam na formulação e implementação de políticas públicas e até mesmo alteram normas já implementadas, visando seu próprio interesse e o maior lucro possível (ACT; IDEC, 2022).

Destaca-se a presença de atores agindo em conjunto com seus pares ou separados. Entre os representantes da Big Food e da Big Soda está a ABIA, a maior associação das indústria de alimentos e bebidas do Brasil, que reúne marcas como Danone®, Unilever®,

Seara®, Pepsico®, Coca-Cola Brasil® e outras (ACT; IDEC, 2022).

A Big Food, Big Agro e Big Soda são compostos por corporações transnacionais que se organizam em rede e utilizam estratégias semelhantes nos países que atua, asseguradas por relacionamentos construídos com financiamento de mandatos de representantes políticos e trabalho de ex-funcionários desses grandes ramos em organizações governamentais ou no próprio governo, podendo alterar, enfraquecer e modificar as políticas, como o caso do PNAE e do Guia Alimentar. Da mesma forma, o Big Agro utiliza-se da influência política para defesa de suas pautas, como no caso do PNAE, mas com atuação mais reservada com ONGs e associações de interesses do setor, mas que se colocam como sociedade civil (ACT; IDEC, 2022).

Em 2021 e em 2022, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor realizou, primeiramente, uma pesquisa para verificar a presença de agrotóxicos em ultraprocessados e, noutra publicação, especificamente daqueles ultraprocessados derivados de carnes e leite, identificando a presença de glifosato, diquat e paraquate e flufosinato (IDEC, 2022).

Em primeiro estudo de 2021, de 27 produtos divididos em 8 categorias de alimentos em bebidas, 16 dos 27 produtos (59,3%) continham pelo menos um tipo de agrotóxico, de modo que 14 deles (51,8%) continham glifosato ou glufosinato, com destaque para todos os produtos que contenham trigo, dos quais divididos em oito categorias como refrigerantes, néctares, bebidas de soja, cereais matinais, salgadinhos, biscoito de água e sal, biscoitos recheados e pães de trigo (em especial, “bisnaguinhas”); de marcas como Ambev, Britvic Ebba, Coca-Cola Company, Wow Nutrition, Shefa, Lactalis, Kellogg’s, Nestlé, PepsiCO, Marilan Alimentos, M Dias Branco, Arcor, Mondelez, Bimbo do Brasil, Wickbold e Panco (IDEC, 2021).

Em segundo estudo, todas as categorias de produtos de carne apresentaram resíduos de agrotóxicos, de modo que dos 24 produtos analisados, 14 apresentaram agrotóxicos, os quais divididos em oito categorias de derivados de carne e de leite, contemplando produtos como linguiça suína, salsicha, mortadela, hambúrguer bovino, empanado de frango (nugget), iogurte ultraprocessado, bebida láctea sabor chocolate e requeijão, de marcas como BRF, JBS, Cooperativa Central Oeste Catarinense Aurora, Danone, Nestlé, PepsiCo, Laticínios Bela Vista, Lala Group e Lactalis (IDEC, 2022).

O destaque fica por conta dos empanados de frango da marca Seara com cinco agrotóxicos, seguidos do requeijão Vigor, do requeijão itambé e empanado de frango Perdigão com dois agrotóxicos.

Sendo o Brasil um dos maiores consumidores de agrotóxicos, a aprovação do Projeto de Lei 6.299/2002 com nova numeração ao chegar no Senado (PL 1459/2022), conhecido como “Pacote do Veneno”, que caso aprovado facilitará a aprovação de novos produtos. O país bateu recorde de autorizações de agrotóxicos ano após ano desde 2016, de modo que em 2021 o ano encerrou com o número de 562 novos agrotóxicos liberados, com 33 inéditos, muitos deles banidos em outros lugares, como o glifosato por exemplo (IDEC, 2022).

Nota-se assim, que com a ação de corporações da indústria alimentícia, os alimentos passaram por um processo a ser tomados puramente como mercadorias, com transformações nas sociedades e em todo globo. Assim, eles se homogeneizaram, progressivamente como colocado por Fischler (1990), através da passagem de ecossistemas diversificados para hiperespecializados e integrados em sistemas de produção agroalimentar em escala internacional (CONTRERAS HERNÁNDEZ, 2005). Assim, ao passo que se teve um aumento na produção mundial de alimentos, um enorme número de variedades de animais e vegetais desapareceram, bem como as tarefas de cozinha domésticas foram transferidas para a indústria (CONTRERAS HERNÁNDEZ, 2005).

Contreras (2005) pressupõe a ampliação dos repertórios alimentares e a sua homogeneização, de modo que o essencial da alimentação comum provém de um sistema amplo de produção e distribuição em escala mundial. Ainda, os comportamentos alimentares nos países industrializados são baseados em marketing de empresas agroalimentares, mas que também encontra seu lado nos países do Terceiro Mundo que dependem em determinado modo dos países da jogada imperialista (CONTRERAS HERNÁNDEZ, 2005).

Ao focar no crescimento do consumo de alimentos processados, estende-se aqui para os alimentos ultraprocessados produzidos pela indústria alimentar atual como parte constituinte do modo de vida capitalista. No caso de alimentos processados, Contreras (2005) coloca que com novos produtos desenvolvidos pela tecnologia alimentar, frente às últimas aplicações alimentares da biotecnologia mostram que o futuro ainda deve mostrar muitas outras novidades, sendo elas benéficas ou não para o humano, como tomates que não apodrecem, batatas com amido de melhor qualidade, milho com leve sabor de manteiga e outros. Retoma-se aqui que isso se dá regido pelas decisões em torno da indústria agroalimentar e seus líderes, que mostram como a imperialidade opera na relação com os alimentos e sua modificação e padronização.

Frente a isso, considera-se ainda o uso de aditivos como conservantes, colorantes, aromatizantes e diversos outros os quais cooperam para a homogeneização alimentar, assim

como leva a ingestão de componentes até mesmo desconhecidos (CONTRERAS HERNÁNDEZ, 2005). Tudo isso, ao passo que é colocado sob a lente do imperialismo, recai sobre uma lógica da imperialidade alimentar, de modo que comemos o que comemos pois estamos inseridos nesse complexo sistema de classes e interesses que moldam os alimentos para o bem de seu próprio interesse, em prol unicamente do lucro sob toda essa indústria que se desenvolveu em torno da alimentação.

Descarta-se assim qualquer ritual relacionado ao ato de comer, frente às transformações do sistema capitalista, que modificou o conteúdo da nossa alimentação e produz agora alimentos ultraprocessados ou de uso modificado de modo que descartam o papel base de se alimentar. Mesmo que com a revolução industrial, aplicada à indústria alimentar, houve um aumento na disponibilidade de alimentos para não enfrentar a escassez de produtos (CONTRERAS HERNÁNDEZ, 2005), o que considera a exemplo o Brasil como celeiro do mundo e, ao passo que é o quinto maior produtor de alimentos do mundo, tem milhões de brasileiros afetados pela fome e encontra uma em cada cinco pessoas estão em situação de sobrepeso (ACT; IDEC, 2022).

Com ações de prefeitos de grandes cidades que orientam produção de “ração humana” para alimentação de pessoas das redes municipais de ensino e à população de baixa renda (PINHO; OTTON, 2017), de modo que descartam e se reduzem apenas a algo que vá nutrir e dar força para a pessoa (sobre)viver, deixa-se de lado qualquer relação minimamente mais profunda e relacional com o próprio alimento. Desse modo, compreende-se assim que os alimentos nos dias atuais são meras mercadorias com fins lucrativos, os quais são vistos como mero meio nutritivo suficiente para que o ser humano consiga reproduzir sua força de trabalho e contribua para a manutenção e evolução do sistema capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao assumir a colonialidade como resultado da imperialidade, logo, a lógica do imperialismo, compreende-se que a colonialidade alimentar colocada por autores apresentados aqui, podem ser utilizados e aplicados para se pensar uma imperialidade alimentar.

Do mesmo modo que no período colonial houve um controle sobre os alimentos e a alimentação, assim como transformações relacionadas a mesma, entende-se que atualmente os alimentos são reduzidos a mercadoria, sendo expostos a transformações por parte do homem e da tecnologia produzida através do avanço capitalista pelo globo. Assim, mudanças

de hábitos alimentares marcam a atual alimentação e sistema alimentar, de modo que a responder a pergunta que guia o presente trabalho, coloca-se que atualmente o controle de toda a indústria alimentar fica por conta de um grupos restritos que dominam a economia mundial e assim, determinam uma série de decisões da a indústria de alimentos, de modo que comemos o que comemos, pois fomos, em certa medida, direcionados a tomar essa escolha, frente à imposição de alimentos cada vez mais homogeneizados, ultraprocessados, com agrotóxicos e outros produtos frutos dessa indústria alimentar, inseridos no regime corporativista conduzido pela financeirização, com um regime de acumulação por parte do capital monopolistas dessas corporações transnacionais.

A imperialidade ainda opera com a nova tecnologia e até mesmo com nanotecnologia, que impactam culturas modificadas geneticamente, insumos de produção animal, pesticidas químicos e outros, como as comidas processadas, de modo que grandes empresas de alimentos como HJ Heinz, Nestlé, Hershey Foods e Unilever, investiram pesadamente em pesquisa e desenvolvimento de nanotecnologia nessas áreas, o que mostra a exemplo o avanço no que tange a chamada “Indústria 4.0” e os rumos tomados pelos países imperialistas, como EUA e China.

Dessa forma, compreende-se como a imperialidade alimentar é intrínseca à sociedade que se encontra e que se desdobra nos diferentes níveis relacionados à alimentação. Coloca-se em pauta e deixa-se aberto para maiores contribuições de como essa imperialidade pode ainda vir ser operada ao passo que se considera o avanço do capitalismo e suas tecnologias, as quais irão cada vez mais, manipular e alterar da melhor forma possível para que possam assim, atender aos seus interesses privados. Posto que no cenário imperialista e globalizado que se encontram, as ações corporativas do ramo alimentício e de bebidas demandam cada vez mais produtos, de modo que impactam diretamente sobre a população e sociedade, assim como fazem uso de produtos nocivos à saúde. Coloca-se em pauta a questão de embates como discursos e práticas em prol da soberania alimentar e outras medidas contra grandes corporações para que assim, tenha uma maior opção e acessibilidade a alimentos saudáveis, de modo que possa assim, escolher aquilo que comemos, ao invés de ingerir componentes que acabam por prejudicar a vida do ser humano e o coloca em uma situação de medo de se alimentar no seu dia a dia.

REFERÊNCIAS

ACT, PROMOÇÃO DA SAÚDE; IDEC INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. Dossiê Big Food: **Como a indústria interfere em políticas de alimentação?** São Paulo, 2022. Disponível em: DOSSIE-BIG-FOOD_Como-a-industria-interfere-em-politicas-de-alimentacao_ACT_IDEC_2022.pdf. Acesso em: 04 ago. 2022.

ALBÁN ACHINTE, A. Comida y colonialidad, tensiones entre el proyecto hegemónico moderno y las memorias del paladar. **Calle 14 revista de investigación en el campo del arte**, [S. l.], v. 4, n. 5, p. 10–23, 2011. DOI: 10.14483/21450706.1200. Disponível em: <https://revistas.udistrital.edu.co/index.php/c14/article/view/1200>. Acesso em: 12 jul. 2022.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política [online]**. 2013, n. 11 [Acessado 14 Junho 2022] , pp. 89-117. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>>. Epub 10 Jul 2013. ISSN 2178-4884. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. O. Modernidade/Colonialidade sem -Imperialidade-? O Elo Perdido do Giro Decolonial. **DADOS-REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, v. 60, p. 505-540, 2017.

BARCELLOS, Gustavo. **O banquete de psique: Imaginação, cultura e psicologia da alimentação**. São Paulo: Vozes, 2017.

BENVEGNU, Vinícius Cosmos; GARCÍA, Diana Manrique. **Colonialidade alimentar? Alguns apontamentos para reflexão. Mundo Amazónico**, [S.L.], v. 11, n. 1, p. 39-56, 1 jan. 2020. Universidad Nacional de Colombia. <http://dx.doi.org/10.15446/ma.v11n1.76440.Bloomsbury>.

CARNEIRO, Henrique. **Comida e Sociedade Uma História da Alimentação**. São Paulo: Elsevier, 2003. 200 p.

CASTRO-GÓMEZ, S. (2005). **La poscolonialidad explicada para niños**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca.

CHESNAIS, François. “A ‘Nova Economia’: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense”. In: CHESNAIS, François et. al. **Uma Nova Fase do Capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

COBOS, Jeidi Yasmin Galeano. **Resenha: Regimes alimentares e questões agrárias**. Revista NERA, ano 21, n. 42, p. 177-184, Mai-Ago. 2018.

COCA, Estevan. (2019). **O Regime alimentar corporativo e a La Via Campesina na Geopolítica atual/The Corporate food regime and La Via Campesina in the current Geopolitics**.

CONTRERAS HERNÁNDEZ, Jesús. In. Canesqui, Ana Maria; Diez Garcia, Rosa Wanda. **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2005. p.129-145. (Coleção antropologia e saúde).

DUMÉNIL, Gérard e LÉVY, Dominique. “Superação da Crise, Ameaças de Crises e Novo Capitalismo”. In: CHESNAIS, F. et. al. **Uma Nova Fase do Capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

DUSSEL, Enrique. 1492: **O Encobrimento do Outro (A Origem do "Mito da Modernidade")**: Conferências de Frankfurt. Tradução de Jaime A. Ciasen. Petrópolis, Vozes, 1993.

HARVEY, David. **"O novo imperialismo: acumulação por espoliação"**. In: PANITCH, Leo & LEYS, Colin (ed.). *Socialist Register 2004: o novo desafio imperial*. Buenos Aires: CLACSO; Londres: Merlin, 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2008.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

IDEC, Instituto de Defesa do Consumidor. **Tem veneno nesse pacote?** São Paulo, v. 1, 2021. Disponível em: <https://idec.org.br/veneno-no-pacote>. Acesso em: 04 ago. 2022.

IDEC, Instituto de Defesa do Consumidor. **Tem veneno nesse pacote?** São Paulo, v. 2, 2022. Disponível em: <https://idec.org.br/veneno-no-pacote>. Acesso em: 04 ago. 2022.

KAUTSKY, Karl. “O imperialismo”. In: TEIXEIRA, Aloísio (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

LENIN, Vladimir. I. **Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2009. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/index.htm>.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação de capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser, contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GOMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramon (coords.) **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, pp. 127-167.

MARINI, Ruy Mauro. “Dialética da Dependência”. In: TRASPADINI, Roberta e STÉDILE, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MIGNOLO, W (2017). Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, n. 94, p.p. 1-18.

MILLER, Karina M Herrera. De/colonialidad alimentaria. Transformaciones simbólicas en el consumo de la quinua en Bolivia. **Razón y Palabra**, Quito, v. 20, p. 33-50, 2016.

PINHO, Márcio; OTTON, Luis. **Dória dará alimento granulado feito a partir de itens perto do vencimento a famílias carentes**. 2017. Disponível em:

<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/prefeitura-de-sp-dara-alimento-granulado-a-familias-carentes.ghtml>. Acesso em: 4 ago. 2022.

POULAIN, Jean-Pierre. (2017). **The Sociology of Food: Eating and the Place of Food in Society**.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SCRINIS, Gyorgy; LYONS, Kristen. **The Emerging Nano-Corporate Paradigm: Nanotechnology and the Transformation of Nature, Food and Agri-Food Systems**. 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/29465483_The_Emerging_Nano-Corporate_Paradigm_Nanotechnology_and_the_Transformation_of_Nature_Food_and_Agri-Food_Systems. Acesso em: 04 ago. 2022.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Creación del sistema mundial moderno. Un mundo jamás imaginado**, p. 1-8, 1992.